



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 883/1983

Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Passa Quatro e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código disciplina a atividade tributária do Município e regula as relações entre o contribuinte e o fisco Municipal.

Art. 2º As relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes aplicam-se, além das normas constantes deste Código, as normas gerais de Direito Tributário estabelecidas no Código tributário Nacional e da legislação que o modifique.

Art. 3º O sistema Tributário do Município compõe-se dos seguintes tributos:

I – IMPOSTOS

- a) sobre a propriedade territorial urbana;
- b) sobre a propriedade predial urbana;
- c) sobre serviço de qualquer natureza.

II – TAXAS

- a) pelo exercício do poder de polícia;
- b) pela utilização efetiva e potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

III – CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Art. 4º Para quaisquer outros serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo Executivo Municipal, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TÍTULO II DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA

Art. 5º O fato gerador do imposto sobre a propriedade territorial urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, construídos ou não, localizados na zona urbana ou urbanizável.

Art. 6º Para os efeitos deste imposto, considera-se terreno o solo sem benfeitorias ou edificações, assim entendido também o imóvel que contenha:

I – construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II – construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada e demolida;

III – construção em andamento ou paralisada;

IV – construção considerada, por ato de autoridade competente, inadequada quanto à área ocupada, sua destinação ou utilização pretendida.

Art. 7º A base de cálculo do Imposto territorial Urbano é o valor venal do metro quadrado de terreno, determinado de acordo com o que estabelece os artigos 88 e 89 deste código.

Art. 8º O Imposto Territorial Urbano para lotes vagos será cobrado dentro do seguinte critério:

I – 3% (três por cento) sobre o valor venal de metro quadrado de terreno situado em rua não calçada;

II – 5% (cinco por cento) sobre o valor venal do metro quadrado de terreno situado em rua calçada.

§1º O Imposto Territorial Urbano será progressivo para os terrenos enquadrados nos itens I e II deste artigo, na base de 25% (vinte e cinco por cento) anuais.

§2º O Imposto Territorial Urbano será ainda progressivo para os terrenos enquadrados nos itens II e IV do Art. 6º deste Código, na base 50% (cinquenta por cento) anuais.

Art. 9º O lançamento do Imposto Territorial Urbano para lotes vagos será levado a efeito separadamente do lançamento dos lotes construídos.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA

Art. 10. O fato gerador do imposto sobre a propriedade predial urbana é a propriedade do domínio útil ou a posse de edificação de qualquer natureza situada na zona urbana ou urbanizável do Município.

Parágrafo único. Para os efetivos deste imposto considera-se imóvel o terreno com as respectivas construções ou edificações, que sirvam para habitação, uso, recreio ou exercício de qualquer atividade seja qual for sua forma, ou destino aparente ou declarado.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 11. Não estão sujeitos a este imposto os imóveis contendo as construções de que tratam os incisos III e IV do art. 6º deste Código, os quais ficarão sujeitos ao imposto territorial urbano.

Art. 12. O imposto sobre a propriedade predial urbana incidirá independentemente da concessão ou não do “HABITE-SE”, a contar do término da construção, ou no caso de edifícios em construção, das áreas efetivamente ocupadas.

Art. 13. A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal do imóvel, estabelecido de acordo com os artigos 88 e 89 deste Código.

Parágrafo único. Considera-se valor venal do imóvel predial a soma dos valores do terreno e da construção nele existente.

Art. 14. A alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana é de 0,5% (meio por cento) do seu valor venal.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS COMUNS AOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS

Art. 15. Para os efeitos dos Impostos Imobiliários, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos construídos ou mantidos pelo poder público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento;

IV – sistema de esgoto sanitário;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Art. 16. Considera-se também zonas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovados pela Prefeitura e destinados à habitação, à indústria ou a comércio, mesmo localizados fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. Para efeitos tributários o disposto neste artigo só será considerado no exercício financeiro subsequente.

Art. 17. A avaliação dos imóveis, para efeito de apuração do valor venal, será fixado de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 88 e 89 deste código.

Art. 18. O período do fato gerador dos impostos imobiliários é anual. O lançamento, em cada exercício, terá por base o valor correspondente ao ano anterior.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 19. O débito decorrente dos impostos imobiliários é garantido, em último caso, pelo próprio imóvel tributado.

Art. 20. São contribuintes o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou à falta de notícias destes, o possuidor a qualquer título.

CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

Art. 21. O imposto sobre serviço de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, de serviço constante na Tabela Anexa a este Código.

Art. 22. Considera-se local de prestação de serviço:

I – o estabelecimento do prestador ou, na falta deste, o seu domicílio;

II – no caso de construção, o local onde se efetuar a prestação.

Parágrafo único. Considera-se domicílio tributário do contribuinte o território do Município.

Art. 23. O contribuinte do imposto é o prestador de serviço.

§1º Considera-se prestador de serviço a pessoa jurídica ou profissional autônomo que exerça, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades mencionadas na Tabela Anexa de que trata o Art. 27.

§2º Não são contribuintes os que prestam serviços, em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.

Art. 24. A base de cálculo do imposto será calculado na forma da Tabela Anexa, pela aplicação de percentagem incidentes sobre o Valor de Referência vigente no Município.

Art. 25. Consideram-se empresas distintas, para efeito da cobrança do imposto:

I – as que, embora no mesmo local, ainda com idênticos ramos de atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – as que, embora pertençam à mesma pessoas físicas ou jurídica, funcionem em locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 26. A empresa ou profissional autônomo que exerça mais de uma atividade e sempre no mesmo local terá seu imposto calculado, levando em consideração a atividade sujeita a maior ônus fiscal.

Art. 27. Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta lei, o imposto será calculado pela aplicação, ao respectivo serviço das alíquotas constantes da seguinte tabela:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TABELA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA	
	% Valor de Referência por ano
1 – Hospitais, sanatórios, ambulatorios, pronto-socorros, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso e banco de sangue	Isento
2 – Hotéis, pensões, hospedaria, motéis, casas de conforto e similares	Isento
3 – Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares	200%
4 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, de câmbio, de compra e venda de bens imóveis de serviços pessoais de qualquer natureza e quaisquer atividades congêneres ou similares (exceto o agenciamento-corretagem ou intermediação de títulos ou valores, praticado por instituições financeiras e sociedades corretoras que dependem de autorização federal)	200%
5 – Organização, programação, planejamento e consultoria técnica, financeira ou administrativa, riscos ou danos, processamento de dados e serviços similares	100%
6 – Administração de bens e negócios	100%
7 – Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive ampliação revelação, reprodução, gravação de sons	100%
8 – Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos por qualquer processo não incluído no item anterior	100%
9 – Composição gráfica, clichêria, zonocografia, litografia e fotolitografia	100%
10 – Agência de turismo, passeio e excursões, guias turísticos	100%
11 – Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres	Isento
12 – Organização de festas, buffet, (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas que fiquem sujeitos ao ICM)	100%
13 – Publicidade e propaganda, por qualquer meio	100%
14 – Banhos, saunas, duchas, massagens, ginásticas e congêneres	100%
15 – Pintura de objetos não destinados à comercialização ou industrialização	100%
16 – Colocação de tapetes e cortinas ou material fornecido pelo usuário final do serviço	100%
17 – Armazéns-gerais, armazéns-frigoríficos e silos, cargas, descargas, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços completos	200%
18 – Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operação similares de objetos não à comercialização ou à industrialização	100%
19 – Transporte urbano em geral, tais como de ônibus, táxi, lotação, caminhões de frete e outros de natureza estritamente municipal	100%
20 – Locação de bens imóveis	100%
21 – Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra	100%
22 – Datilografia, estenografia, secretaria e congêneres	100%
23 – Ensino de qualquer grau e natureza	Isento



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

24 – Análise técnica	100%
25 – Depósito de qualquer natureza (exceto depósito feitos em bancos ou outras instituições financeiras)	100%
26 – Guarda e estabelecimento de veículos	100%
27 – Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos	100%
28 – Recondicionamento de motores	100%
29 – Conserto de restauração de quaisquer objetos	100%
30 – Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos	100%
31 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final	100%
32 – Limpeza de imóveis, raspagem e lustração de assoalhos, desinfetante e higienização	100%
33 – Tinturas e lavandeiras	100%
34 – Empresas Funerárias	150%
35 – Florestamento e reflorestamento	100%
36 – Distribuição, venda de bilhetes e outros jogos de loteria	100%
37 – Guarda, tratamento e adestramento de animais	100%
38 - Aerofotogrametria	100%
39 – Médicos, dentistas, engenheiros, arquitetos, advogados	300%
40 – Economistas, contadores, técnicos, de contabilidade, guarda-livros, veterinários, agrônomos, decoradores, paisagistas	200%
41 – Construtores, agrimensores, topógrafos, protéticos, enfermeiros, desenhistas, agentes de propriedade industrial, artísticas e literárias, despachantes, leiloeiros, tradutores, intérprete, solicitadores ou provisionados	100%
42 – Taxidermistas, encadernadores de livros, revistas e jornais	100%
43 – Barbeiros, cabeleireiros, manicures e pedicures, alfaiates, costureiros e modistas	100%
44 – Demais atividades sob forma de trabalho pessoal:	
a) de nível universitário	200%
b) outras	100%
45 – Cinemas, teatros, circos, auditórios, parques de diversão, exposição com cobrança de ingresso e congêneres de natureza permanente ou temporária; bailes, shows e outras reuniões públicas com ou sem cobrança de ingressos; execução de música por executantes individuais ou em conjuntos ou transmitido por processo mecânico, elétrico ou eletrônico; dancings, bilhares ou outros jogos permitidos	Isento



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TÍTULO III DAS TAXAS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 28. As taxas cobradas pelo Município têm, como fato gerador, o exercício regular do poder de polícia administrativa ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços específicos ou divisíveis, prestado ao contribuinte ou posta à sua disposição.

Art. 29. As taxas municipais são:

I – pelo exercício do poder de polícia;

II – de serviços.

Art. 30. As taxas de serviços são cobradas:

I – pela prestação de um serviço público municipal;

II – pela disponibilidade de um serviço público municipal;

III – cumulativamente, pela prestação e disponibilidade de um serviço público municipal;

CAPÍTULO II DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Art. 31. As taxas pelo exercício do poder de polícia são cobradas sempre que o Poder Municipal deve desenvolver atividades inseridas no seu poder de polícia, na forma de lei, tendo em vista conceder autorização, permissão ou licenciamento para o exercício de atividades sujeitas à fiscalização.

Art. 32. São taxas de poder de polícia:

I – licença para localização e funcionamento de qualquer atividade comercial, industrial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuária, de prestação de serviço, ou atividade decorrente de profissão, arte, ofício ou função;

II – licença para execução de obras particulares;

III – licença para ocupação de logradouro público;

IV – licença para o comércio eventual ou ambulante;

V – licença de “HABITE-SE”;

VI – permissão para exploração de serviço de transporte coletivo.

§1º As licenças relativas aos incisos I, II e VI serão válidas para exercício em que forem concedidas, ficando sujeitos a renovação nos exercícios seguinte:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º As taxas serão calculadas proporcionalmente ao número de meses de sua validade.

§3º Será exigida renovação de licença, quando ocorrer mudança de ramo de atividade ou transferência de local de estabelecimento.

§4º Serão exigidas tantas licenças quantas forem as atividades não similares, ainda que a razão social seja uma e tal considerada pelo Estado e pelo Governo Federal, desde que tais atividades se desenvolvam em endereços diversos.

CAPÍTULO III DAS ALÍQUOTAS DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

Art. 33. As taxas pelo exercício do poder de polícia serão cobradas de acordo com as seguintes percentagens sobre o Valor de Referência (VR).

I – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

a) INDÚSTRIA

1) Grande porte.....500%

2) Médio porte.....300%

c) Pequeno porte.....200%

b) COMÉRCIO

a) Grande porte.....300%

b) Médio porte.....200%

c) Pequeno porte.....100%

Parágrafo único. O alvará de localização somente será expedido após a quitação da Taxa de localização.

II – TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

a) Construção de:

1) até 60 m².....10%

2) acima de 60 m² até 100 m².....20%

3) acima de 100 m² até 150 m².....30%

4) acima de 150 m² até 200 m².....40%

5) acima de 200 m².....50%



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

b) Reconstrução de:

- 1) até 60 m².....5%
- 2) acima de 60 m² até 100 m².....10%
- 3) acima de 100 m² até 150 m².....15%
- 4) acima de 150 m² até 200 m².....20%
- 5) acima de 200 m².....25%

c) Arruamento e Loteamento

- 1) aprovação de arruamento por metro linear de rua.....0,5%
- 2) aprovação de loteamento, por lote.....1%

III – TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO

	% Valor de referência		
	DIA	MÊS	ANO
a) espaço ocupado por bancas de jornais, frutas, verduras, ou similares por balões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes nas feiras, vias públicas e logradouros como depósitos de materiais, em locais previamente designado pela Prefeitura, por prazo e a critério desta, p/m ²	1%	10%	20%
b) espaço ocupado com mercadorias, sem uso de qualquer móvel ou instalação por m ²	0,5%	5%	10%
c) espaço ocupado por circos e parques de diversões	ISENTO		
d) demais uso das vias e logradouros públicos, não enumerados e desde que devidamente autorizados	1%	10%	20%

IV – TAXA DE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

a) comércio eventual	10%	-----	-----
b) ambulante	10%	-----	100%

V – TAXA DE LICENÇA DE “HABITE-SE”

construção com até 60 m ²	5%
acima de 60 m ² até 100 m ²	10%
acima de 100 m ² até 150 m ²	15%
acima de 150 m ² até 200 m ²	20%
acima de 200 m ²	25%

VI – TAXA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Por empresa 100%

CAPÍTULO IV DAS TAXAS DE SERVIÇO E SEU FATO GERADOR

Art. 34. São fatos geradores das taxas de serviços:

I – Taxa de Expediente: o recebimento de requerimento, petições ou emissão de outros papéis;

II – Taxa de Certidão: a expedição de certidões e atestados;

III – Taxa de Serviços Diversos: (cemitério, apreensão e depósito de animais abandonados, numeração de prédios, abate de gado no matadouro municipal, alinhamento e nivelamento, assistência social) a prestação e a disponibilidade do serviço;

IV – Taxa de Cadastro: (emissão de guias e cadastro por computação eletrônica ou via mecânica): a prestação e a disponibilidade do serviço;

V – Taxa de Serviços Urbanos: (iluminação pública, conservação de calçamento, limpeza pública, água e esgoto): a prestação e a disponibilidade do serviço.

CAPÍTULO V DAS ALIQUOTAS DAS TAXAS DE SERVIÇO

Art. 35. As taxas de serviço serão cobradas de acordo com as seguintes percentagens sobre o Valor de Referência (VR):

I – TAXAS DE EXPEDIENTE

	%Valor de Referência
a) requerimento dirigido a qualquer autoridade municipal para qualquer fim	1%
b) requerimento requerendo numeração de prédio	6%
c) emissão de papel tributário (predial e territorial)	4%
d) averbação, em decorrência do lançamento de uma propriedade para outro contribuinte	5%
e) emissão de segunda via de guia de recolhimento de impostos	4%
f) emissão de qualquer outro papel	2%

II – TAXA DE CERTIDÃO

a) certidão negativa	10%
b) certidão destinada a comprovar, ano a ano, o funcionamento de empresa ou pagamento tributário	20%
c) o que exceder de uma folha, por folha	5%
d) mais de uma via, por via	5%

III – TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Cemitério por cinco anos:	
Sepultamento de adulto	10%
Sepultamento de crianças (até 12 anos)	5%
SEPULTURA PERPÉTUA	
Sepultura perpétua, medindo de dois metros e trinta centímetros de longo e um metro e sessenta centímetros de largo ou três metros e sessenta e oito centímetros quadrado (3.68 m²)	15 VRs
Exumação	10%
Apreensão e depósito de animais abandonados:	
per capita e por dia	10%
com ração	20%
Abate de gado no matadouro municipal	
bovino, per capita	20%
pura espécie, per capita	10%
Alinhamento e Nivelamento	
Alinhamento, por metro linear	0,5%
Nivelamento, por metro linear	0,5%
Assistência Social	0,3%

IV – TAXA DE CADASTRO

a) pelo fornecimento de guias de recolhimento e emissão de fichas cadastrais	5%
--	----

V – TAXA DE SERVIÇO URBANO

	% Valor de Referência Por metro linear
a) Iluminação Pública	1%
b) Conservação de calçamento	0,5%
c) Limpeza Pública	1%
	% Valor de Referência por ano
d) Água	
1) Residencial, por pena	15%
2) Comercial, por pena	50%
3) Industrial, por pena	76%
4) Hotel com até 10 quartos, por pena	60%
5) Hotel com mais de 10 quartos, por pena	76%
6) Pensão, por pena	45%
7) Piscina, por pena	150%

§1º A tarifa de ligação de pena d'água será cobrada à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor de referência vigente.

§2º A Segunda pena d'água para o mesmo proprietário e para o mesmo imóvel será cobrada como se fosse ligação comercial. As ligações subseqüentes serão igualmente, por pena, assim lançadas.

	% Valor Referência por ano
--	----------------------------



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

e) Esgoto	
Residencial, por ligação	12%
Comercial, por ligação	30%
Industrial, por ligação	60%
Hotel, por ligação	30%
Pensão, por ligação	22%

§3º A tarifa de ligação de esgoto será cobrada à razão de 30% (trinta por cento) do valor de referência vigente.

TÍTULO IV DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 36. A contribuição de melhoria poderá ser cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total à despesa realizada e como limite individual o acréscimo de que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 37. O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade e conveniência e observadas as normas fixadas na legislação federal específica, determinará, em cada caso, mediante decreto, as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TÍTULO V DAS IMUNIDADES E DAS ISENÇÕES

CAPÍTULO I DAS IMUNIDADES

Art. 38. A imunidade tributária exclui o pagamento de impostos mas não de taxas.

Art. 39. São imunes aos impostos predial e territorial urbano de:

I – imóveis de propriedade da União, do Estado e de outros municípios;

II – imóveis de autarquias federais, estaduais e municipais, desde que usados efetivamente no atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III – templos de qualquer culto;

IV – prédios pertencentes a partidos políticos, a instituições de educação ou de assistência social.

§1º A imunidade tributária de bens imóveis dos templos restringe-se àqueles destinados ao exercício do culto.

§2º As instituições de educação ou de assistência social gozarão da imunidade mencionada neste artigo quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, e desde que



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Art. 40. A imunidade não exclui a obrigatoriedade do cumprimento dos deveres acessórios.

CAPÍTULO II DAS ISENÇÕES

Art. 41. São isentos dos impostos, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município:

I – DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

a) os imóveis cedidos gratuitamente ao uso de serviço público;

b) os imóveis cedidos gratuitamente pelos seus proprietários a instalação que visem à prática de caridade, desde que tenham tal finalidade; os cedidos, nas mesmas condições, a instituições, a de ensino gratuito;

c) imóveis pertencentes à sociedade ou instituições sem fins lucrativos que se destinem a congregar classes patronais ou trabalhadores com o fato de realizar a união dos associados, sua representação e defesa, a elevação do seu nível intelectual ou físico, a assistência médico-hospitalar ou recreação;

II – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA

a) os serviços de execução, por administração ou empreitada, de obras hidráulicas e de construção civil, contratadas com a União, Estado, Distrito Federal, Municípios, Autarquias e empresas Concessionárias de Serviços Públicos, assim como as respectivas subempreitadas;

b) a prestação de assistência médica ou odontológica em ambulatórios ou gabinetes mantidos por estabelecimentos comerciais ou industriais, sindicatos e sociedades civis sem fins lucrativos, desde que se destine exclusivamente ao atendimento de seus empregados e associados, e não seja explorada por terceiros sob qualquer forma;

c) promoventes de concertos, recitais, shows, bailes e outros espetáculos similares, teatros, circos e similares;

d) profissional autônomo, que preste serviço em sua própria residência por conta própria, sem reclame ou leiteiros nem empregados, excluindo os profissionais de nível universitário e de nível técnico de qualquer grau;

e) as pessoas portadoras de defeito físico, sem empregos e reconhecidamente pobres;

f) os jogos de futebol;

g) veículos de tração animal;

h) bicicletas.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 42. Observadas as disposições do artigo anterior, são também isentas do pagamento as taxas de:

I – LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

- a) obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e das autarquias e fundação;
- b) a construção de reservatórios de qualquer natureza, para abastecimento de água;
- c) a construção de barracões e destinados à guarda de materiais de obras já licenciadas.

II – LICENÇA PARA O COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

- a) cegos e mutilados que exerçam o comércio em pequena escala;
- b) os vendedores ambulantes de livros, revistas e jornais.

Art. 43. As isenções de que trata o inciso I e da alínea “b” do inciso II do art. 42 serão solicitadas em requerimento instruído com provas de cumprimento das exigências necessárias para sua concessão.

Art. 44. São ainda isentos de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família.

Art. 45. A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação de isenção referir-se àquela documentação as provas relativas ao novo exercício.

Art. 46. A concessão de isenção não prevista neste código, apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município; não poderá Ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 47. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivam, será a isenção, obrigatoriamente, cancelada.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS DA APLICAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

Art. 48. São princípios obrigatórios para o fisco, na interpretação da legislação tributária:

- I – só a lei pode criar tributos;
- II – só a lei pode criar incidências, ampliá-las ou suprimi-las;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III – só a lei pode estabelecer a base de cálculo e alíquota dos tributos;

IV – só a lei pode estabelecer casos de substituição e responsabilidade;

V – só a lei pode conceder isenção, reduções ou agravantes fiscais;

VI – só a lei pode fixar penalidades tributárias;

Art. 49. As leis tributárias entram em vigor quinze dias após publicadas, salvo se dispuserem de forma diversa. As que importarem agravações tributárias, só dia 1 de janeiro do ano subsequente.

Art. 50. Nas situações que não se possam solucionar pelas disposições deste Código ou da legislação municipal, recorrer-se-á aos princípios gerais de direito tributário e às soluções normativas adotadas pelos municípios mais desenvolvidos do País.

Art. 51. Nenhuma lei tributária terá efeito retroativo.

Art. 52. Os prazos fixados na legislação tributária contam-se pela seguinte forma:

I – os de ano ou mais são contínuos e terminam no dia equivalente do ano ou mês respectivo;

II – quanto aos fixados em dias, despreza-se o primeiro e conta-se o último.

Parágrafo único. Prorrogam-se até o próximo dia útil os prazos vencidos em feriados ou dia em que a repartição tributária esteja fechada.

Art. 53. As convenções entre particulares não são oponíveis ao fisco municipal.

CAPÍTULO II DOS REGULAMENTOS

Art. 54. O Prefeito Municipal, mediante decreto, regulamentará a legislação tributária do Município, observados os princípios constitucionais e o disposto neste Código.

§1º O regulamento se dirige essencialmente aos serviços fiscais do Município.

§2º O regulamento ditará as medidas necessárias ao cumprimento da legislação tributária, estabelecendo as normas de organização e funcionamento da administração que se fizerem necessárias ao cabal cumprimento das leis.

§3º O regulamento não poderá dispor sobre matéria tratada em lei; não poderá criar tributo, estabelecer formas de extinção e obrigações.

§4º O regulamento não poderá estabelecer agravações ou isenções, nem criar deveres acessórios, nem ampliar as faculdades do fisco.

Art. 55. Toda a disposição regulamentar em matéria tributária será veiculada por decreto. São proibidas instruções, portarias e ordens de serviço que se enderecem ao conhecimento do contribuinte.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 56. A municipalidade dará publicidade a todas as leis e regulamentos em matéria tributária.

Art. 57. As certidões solicitadas pelos contribuintes, serão fornecidas pelo prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, sob pena de suspensão do servidor que causar a ultrapassagem do prazo mencionado.

Parágrafo único. A expedição de certidões negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

CAPÍTULO III DA SOCIEDADE E DA RESPONSABILIDADE

Art. 58. São solidariamente responsáveis pelo pagamento dos impostos imobiliários, bem como pelo cumprimento dos deveres acessórios, os condôminos, sócios, compossuidores ou comunheiros.

Art. 59. São responsáveis pelo pagamento dos tributos imobiliários os sucessores a qualquer título, bem como o oficial do Registro de Imóveis que registrar alienação sem a juntada certidão negativa respectiva.

CAPÍTULO IV

Art. 60. É domicílio tributário o local onde o contribuinte reside ou exerce as suas atividades tributárias. Se se tratar de pessoa jurídica de direito público ou privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos.

§1º O contribuinte deve comunicar mudança de domicílio ao órgão tributário do Município dentro de 20 (vinte) dias da ocorrência do fato, sob pena de multa e determinação ex-officio do seu domicílio.

§2º O contribuinte elegerá, de acordo com a sua conveniência, qualquer local, na área urbana, como seu domicílio tributário, salvo se residir na área rural.

TÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Administração Tributária ou Fisco é a designação legal dos órgãos administrativos municipais que devem velar pela observância da legislação tributária, cumprir os deveres que a lei impõe ao Município e exerce os direitos a ele atribuídos.

§1º A estes órgãos incumbe manter atualizados os cadastros e livros de informação, proceder ao lançamento, à cobrança, à escrituração e à contabilidade da arrecadação, bem como a fiscalização dos contribuintes e da ocorrência dos fatos geradores.

§2º Também incumbe à Administração Tributária Municipal a lavratura de autos de infração e a aplicação das sanções previstas na legislação tributária, bem como a auxílio de orientação aos contribuintes.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TÍTULO VIII DO LANÇAMENTO

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 62. São competentes para praticarem o ato de lançamento os funcionários da Administração Tributária ou Fisco.

Art. 63. É passível de punição ex-officio ou a requerimento do interessado, o funcionário que retardar, omitir, apressar ou de qualquer forma, desviar-se dos critérios legais ao proceder o lançamento ou seu preparo.

Art. 64. São aplicáveis ao lançamento os critérios legais vigentes à data da ocorrência do fato gerador, ainda que revogado no mento do lançamento. Aplica-se a lei nova, em matéria de penalidade, quando venha beneficiar o contribuinte.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS

Art. 65. Feito o lançamento imobiliário e individualizado o débito tributário, expedir-se-á documento formal de que constem, ainda que resumidamente, todos os dados relevantes para o lançamento do qual se dará ciência ao contribuinte ou responsável, mediante a entrega da guia de recolhimento.

§1º Qualquer pessoa, no domicílio fiscal, poderá assinar a declaração de entrega da guia de recolhimento.

§2º O contribuinte é obrigado a diligenciar, junto à repartição competente, no sentido de obter a guia de recolhimento, quando não a tenha recebido, no domicílio fiscal.

Art. 66. Os lançamentos dos impostos Territorial Urbano e Predial serão feitos concomitantemente, com relação aos terrenos edificados.

Parágrafo único. Os lotes vagos serão lançados em guias diversas, segundo anuncia o art. 9º deste Código.

Art. 67. Os apartamentos, com economias autônomas, serão lançados um a um, ainda que contínuas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Art. 68. A Administração Tributária poderá utilizar a mesma guia de recolhimento para o lançamento das taxas que recaiam sobre o imóvel.

Parágrafo único. As taxas que trata este artigo serão lançadas, no caso de edificação com mais de uma unidade autônoma, tantas vezes quantas forem as suas unidades autônomas.

Art. 69. Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver o imóvel no cadastro imobiliário.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§1º O lançamento referente a imóvel objeto de compromisso de compra e venda será feito em nome de quem estiver no domínio legal.

§2º Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feito a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros deverão promover a transferência perante a Administração Tributária.

§3º Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§4º Lançamento de imóveis pertencentes a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas as guias de recolhimento serão entregues aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

Art. 70. Enquanto não prescrita a ação para cobrança de impostos imobiliários, poderão ser efetuados lançamentos emitidos, por qualquer circunstância, assim como lançamentos adicionais ou complementares de outros que tenham sido feitos com vícios irregulares ou erros de fato.

Art. 71. O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse de terreno, ou de satisfação de quaisquer exigências administrativas para a sua utilização para qualquer finalidade.

Art. 72. O lançamento será anual e o recolhimento do imposto tributário far-se-á na época e pela forma estabelecida no regulamento.

Art. 73. A municipalidade dará ampla publicidade do prazo de vencimento do imposto imobiliário.

CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

Art. 74. Os contribuintes do imposto sobre serviço ficarão sujeitos ao regime de lançamento segundo a natureza dos serviços prestados.

Art. 75. Os contribuintes sujeitos ao regime de lançamento terão seus impostos calculados pelo órgão competente da Prefeitura que preencherá a guia de recolhimento, na forma e prazos estabelecidos no regulamento deste Código.

Parágrafo único. A guia de recolhimento de que trata este artigo entregue ao contribuinte no seu domicílio fiscal. Quando o contribuinte não receber a guia deverá diligenciar junto à Prefeitura, no sentido de obtê-la.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TÍTULO IX DOS DEVERES ACESSÓRIOS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DEVERES ACESSÓRIOS

Art. 76. Toda pessoa sujeita ao Poder Público Municipal deve colaborar com a Administração Tributária, prestando as informações, esclarecimentos, dados e notícias solicitadas, bem como papéis, livros e documentos.

Art. 77. Os contribuintes são obrigados especialmente a:

I – inscrever-se no cadastro;

II – proceder a averbação das edificações novas ou as que ainda não foram averbadas;

III – proceder as transferências ou cessões posteriores de um comprador a outro, e, se for o caso, a nova operação de venda a terceiros.

IV – prestar esclarecimentos e informações, quando solicitados;

V – cumprir as exigências nas leis tributárias ou delas decorrentes.

Art. 78 – Os contribuintes podem requerer, a qualquer tempo, as devidas retificações nos cadastros e outros documentos oficiais.

Art. 79. As pessoas isentas são obrigadas a cumprir os deveres acessórios estabelecidos neste Código.

Art. 80. Não se registrará escritura relativa a imóvel sem exibição e juntada de certidão negativa de tributos municipais a ele referentes, sob pena de responsabilidade pelo débito tributário e seus acessórios, do oficial de registro de imóvel responsável.

Art. 81. Devem tolerar fiscalização, inspeção, visitas e levantamentos em seus prédios, terrenos e estabelecimentos, os contribuintes dos tributos municipais.

Art. 82. As instituições de que cuida o art. 41, inciso I, alíneas “b” e “c”, prestarão declaração anual, da qual constarão:

I – as modificações na sua direção;

II – as alterações estatutárias;

III – seus balanços, orçamentos e outros dados contábeis.

Art. 83. O descumprimento dos deveres acessórios sujeitará o contribuinte e terceiros à multa, na forma estabelecida neste Código.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

TÍTULO X DO CADASTRO E DA APURAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS

CAPÍTULO I DO CADASTRO FISCAL

Art. 84. A Prefeitura organizará e manterá cadastro:

I – imobiliário;

II – de prestadores de serviços;

III – de produtores, industriais e comerciantes;

§1º O cadastro imobiliário compreenderá:

I – os terrenos vagos existentes, ou que venha a existir nas áreas urbanas ou destinadas a urbanização;

II – as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas ou urbanizáveis.

§2º O cadastro de prestadores de serviços compreenderá as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimentos fixo, de serviços sujeitos a tributação municipal.

§3º O cadastro de produtores, industriais e comerciantes compreenderá os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e de comércio, habituais e lucrativos, exercidos no âmbito do Município.

Art. 85. A inscrição ex-officio será feita sempre que o sujeito passivo se omitir.

Art. 86. Do cadastro fiscal constarão todos os dados relevantes para efeito tributários.

Parágrafo único. Do cadastro fiscal será constantemente atualizado.

Art. 87. A inscrição, nos cadastros da Prefeitura será precedida no tempo e na forma que o regulamento estabelecer.

CAPÍTULO II DA APURAÇÃO DO VALOR VENAL IMÓVEIS

Art. 88. Para apuração do valor venal dos imóveis situados no perímetro urbano da cidade e da sede dos distrito, o Executivo Municipal levantará o Boletim de informações Cadastrais, que conterà os seguinte elementos:

I – quanto ao terreno:

a) área;

b) forma e dimensão;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- c) localização;
- d) condições físicas;
- e) equipamentos urbanos e serviços públicos existentes no logradouro;
- f) valor do imóvel segundo o mercado imobiliário local.

II – quanto à edificação:

- a) área construída;
- b) localização;
- c) padrão ou tipo de construção;
- d) estado de conservação;
- e) valor do imóvel segundo o mercado imobiliário local.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal fixará os valores do metro quadrado de terreno e de edificação conforme estas características em decreto, incluindo o zoneamento para os terrenos.

Art. 89. O órgão tributário procederá aos lançamentos, à vista dos dados do cadastro tributário.

Parágrafo único. O valor venal inicial será dado pela equipe da AMAG, um Engenheiro e um Arquiteto residente neste Município, estes dois a escolha do Prefeito.

Art. 90. O Executivo Municipal atualizará, anualmente, o valor de metro quadrado de terreno e de edificação, em função dos índices de desvalorização da moeda e dos índices médicos de valorização do terreno, se for o caso.

TÍTULO XI DAS INFRAÇÕES E DAS MULTAS

CAPÍTULO ÚNICO DAS INFRAÇÕES E DAS MULTAS

Art. 91. Constituem infrações passíveis de multa:

I – de 10% (dez por cento) sobre o valor de tributo a falta de pagamento de débito no primeiro mês após seu vencimento;

II – de 20% (vinte por cento) sobre o valor de tributo a falta de pagamento de débito no segundo mês após seu vencimento;

III – de 30% (trinta por cento) sobre o valor de tributo a falta de pagamento do débito no terceiro mês após seu vencimento;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IV – de 30% (trinta por cento) sobre o valor de referência se não promover inscrição no cadastro fiscal do Município ou deixar de comunicar as alterações cadastrais;

V – de 100% (cem por cento) sobre o valor de referência:

- a) pedir, embaraçar ou modificar a fiscalização;
- b) negar-se a prestar esclarecimento e informações;
- c) fornecer por escrito ao fisco dados ou informações inverídicas.

VI – ao dobro da taxa prevista, quando do exercício de atividades sujeita a licença prévia da Prefeitura:

TÍTULO XII DO PROCESSO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DO PROCESSO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 92. Diante de notícia ou indício de prática de qualquer infração, a autoridade competente determinará a abertura de processo para aplicação da multa respectiva e, se for o caso, cobrança de tributo devido com os acréscimos legais.

Art. 93. O agente fiscal competente procederá as diligências, investigações, exames e verificação necessárias e elaborará o auto de infração, do qual constarão os seguintes dados:

- I – nome e domicílio do infrator;
- II – descrição da infração;
- III – disposições legais infringidas;
- IV – aplicação das penalidades e tributos devidos.

Art. 94. A pessoa implicada no auto de infração será pessoalmente intimada do inteiro teor do auto, tendo o prazo de 30 (trinta dias) para apresentar sua defesa.

Art. 95. Feitas as provas requeridas e instruído o processo, no prazo de 30 (trinta) dias será decidido pela autoridade competente, superior ao agente que lavrou o auto de infração.

Art. 96. Notificado da decisão, o contribuinte terá o prazo de 15 (quinze) para pagar ou interpor recursos ao Prefeito.

Parágrafo único. O Prefeito decidirá o prazo de 15 (quinze) dias, ordenando as diligências e perícias que julgar necessárias ao seu pleno esclarecimento.

Art. 97. O contribuinte será notificado da decisão do Prefeito, tendo o prazo de 10 (dez) dias para a importância fixada.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 98. O pagamento de multa não dispensa o cumprimento das demais exigências legais e o pagamento dos tributos devidos.

CAPÍTULO II DA RECONSIDERAÇÃO

Art. 99. O contribuinte ou responsável poderá pedir reconsideração contra o lançamento tributário, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento das guias respectivas, apresentando, em petição circunstanciada, suas razões de fato e de direito.

§1º O pedido de reconsideração será apreciado, no prazo de 10 (dez) dias, pelo Prefeito.

§2º Notificado o contribuinte da decisão, terá 10 (dez) dias para pagar.

Art. 100. A reconsideração não tem efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário, salvo se o contribuinte fizer o depósito do montante integral do tributo, cujo lançamento se discute, no prazo previsto no artigo 99 deste Código.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 101. Os contribuintes poderão dirigir consultas à autoridade fazendária sobre o modo de cumprimento de suas obrigações tributárias e deveres acessórios.

Parágrafo único. As consultas devem descrever completa e exatamente as hipóteses a que se referirem, com indicações precisas dos fatos concretos a que visam, bem como conter sugestão para uma possível solução.

Art. 102. Não será recebida consulta quando o contribuinte estiver sob processo fiscal, salvo se se tratar de matéria diversa.

Art. 103. A decisão, em resposta à consulta, é vinculante para o fisco e para contribuinte.

CAPÍTULO IV DA RESTITUIÇÃO DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 104. Quem pagar tributo indevido, total ou parcialmente, tem direito a obter devolução, ainda que o erro causador do pagamento seja seu.

Parágrafo único. O interessado, dentro do prazo de 12 (doze) meses dirigirá a petição fundamentada ao Prefeito, o qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, depois de ouvir os agentes fiscais competentes e produzidas as provas e alegações necessárias ao plano de esclarecimento da questão.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 105. Os débitos pagos no seu vencimento sujeitará o contribuinte à multa prevista no artigo 91, à cobrança de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e à correção monetária efetivada com a aplicação dos coeficientes utilizados pelo Governo Federal para os débitos fiscais, inscrevendo-se o crédito da Fazenda Municipal, no exercício seguinte, com dívida ativa, para cobrança executiva.

§1º Os juros moratórios serão cobrados a partir do mês imediato ao vencimento do débito, considerando-se como mês completo qualquer fração desse período de tempo.

§2º A inscrição da dívida ativa será feita com as cautelas previstas no artigo 202 do Código Tributário Nacional.

Art. 106. Os contribuintes que estiverem em débito de tributos, multas e serviços não poderão receber quaisquer quantia ou créditos que estiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contrato de qualquer natureza, transacionar a qualquer título com a Administração Municipal ou exigir certidão negativa.

§1º Em se tratando de tributos vincendos ou quaisquer obrigações a vencer, emitir-se-á, ainda assim, a certidão negativa, mas o lançamento somente poderá ser alterado no próximo exercício, continuando a vigor o lançamento em nome do contribuinte vendedor.

§2º Cumprir-se-á o que dispõe o parágrafo anterior para o contribuinte que, ao transmitir uma propriedade gravada com tributos, mas desde que, à data da expedição da certidão negativa, esteja com o seu pagamento em dia.

§3º Em se tratando de transmissão da única propriedade urbana do contribuinte, a certidão negativa somente será expedida quando o débito de que fala este artigo for liquidado, na sua totalidade e abrangendo o exercício.

Art. 107. Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder parcelamento de até 8 (oito) parcelas iguais e mensais dos lançamentos tributários, conforme decreto regulamentar.

Art. 108. Fica o Prefeito Municipal também autorizado a conceder parcelamento dos débitos até 6 (seis) prestações mensais e iguais.

Parágrafo único. Tal parcelamento incluirá multa e correção monetária, excluída a expedição de certidão negativa enquanto não for liquidada a última prestação de débito.

Art. 109. Serão canceladas, mediante despacho fundamentado do Prefeito, os débitos fiscais:

I – legalmente prescritos;

II – de contribuintes que hajam falecidos sem deixar bens que expressem valores;

III – que originarem erro ou ignorância excusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IV – que originarem de erro de servidor da Prefeitura;

Art. 110. O valor de referência de que fala este Código será, anualmente, atualizado através de decreto do Poder executivo, de acordo com o reajustamento do Valor de Referência instituído pelo artigo 2º da Lei Federal nº 6.205 de 29/04/75.

Parágrafo único. Na fixação do valor de referência e do calculo dos tributos e multa será desprezada a fração de cruzeiro.

Art. 111. Este Código entra em vigor no dia 1 de janeiro de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 456, de 29/12/67.

Passa Quatro, 3 de setembro de 1983.

Joaquim Caetano de Sales
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário